



## **Territórios Calungas: ocupação do espaço e subjetivação (política) de crianças e jovens**

Calunga Territories: space occupation and political subjectivization of children and young people

Territorios calungas: ocupación del espacio y subjetivación política de niños y jóvenes

**José Eduardo Gama Noronha<sup>1</sup>**

*Mestrando pela Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP*

**Gabriela Guarnieri de Campos Tebet<sup>2</sup>**

*Professora da Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP*

*Recebido em: 03/02/2022*

*Aceito em: 31/05/2022*

### **Resumo**

O presente texto é um recorte de uma dissertação de mestrado sobre processos educativos políticos e de subjetivação com crianças e jovens moradoras de territórios vulnerabilizados do município de São Vicente, a partir de sua participação em coletivos e ações do Instituto Camará Calunga. O objetivo do artigo é apresentar a noção de território como elemento importante dos processos de subjetivação, retratando o modo pelo qual crianças e jovens o experimentam e ocupam, mediadas ou não por figuras adultas, como familiares e educadores. A pesquisa traz cenas de períodos anteriores e durante a pandemia de COVID-19, destacando os efeitos desta na vida de crianças e jovens e em suas dinâmicas de ocupação dos territórios. A pesquisa se orientou pelo método cartográfico, realizada de modo virtual e presencial no contexto do trabalho vivo e a convivência cotidiana do primeiro autor com as crianças, jovens e educadores do Instituto e por meio de entrevistas semiestruturadas e registros escritos, como diários de campo.

**Palavras-chave:** Território. Geografia das Infâncias e Juventudes. Calungas. Subjetivação.

### **Abstract**

This text is an excerpt from a master's dissertation on educational and political subjectivation processes with children and young people living in vulnerable territories in the municipality of São Vicente, based on their participation in collectives and actions of Camará Calunga Institute. The objective of the article is to present the notion of territory as an important element in the processes of political subjectivation, portraying the way in which children and young people experience and occupy it, mediated or not by adult figures, such as family members and educators. The research brings scenes from previous periods and during the COVID-19 pandemic, highlighting its effects on the lives of children and young people and on their dynamics of occupation of their territories. The research was guided by the cartographic method, carried out virtually and in person in the context of live work and the daily coexistence of the first author with the children, young people and educators of the Institute and through semi-structured interviews and written records, such as field diaries.

---

<sup>1</sup> [jozeduardo@gmail.com](mailto:jozeduardo@gmail.com)

<sup>2</sup> [gabigt@unicamp.br](mailto:gabigt@unicamp.br)

**Keywords:** Territory. Children and Young People's Geography. Calungas. Subjectivation.

### **Resumen**

Este texto es un extracto de una disertación de maestría acerca de procesos educativos y de subjetivación política con niños y jóvenes que viven en territorios vulnerables en el municipio de São Vicente, a partir de su participación en colectivos y acciones del Instituto Camará Calunga. El artículo tiene como objetivo presentar la noción de territorio como un elemento importante en los procesos de subjetivación política, retratando la forma en que los niños y jóvenes lo viven y lo ocupan, mediado o no por figuras adultas, como familiares y educadores. La investigación trae escenas de períodos anteriores y durante la pandemia de la COVID-19, destacando sus efectos en la vida de niños y jóvenes y en sus dinámicas de ocupación de territorios. La investigación se orientó por el método cartográfico, realizada de manera virtual y presencial en el contexto del trabajo vivo y la convivencia diaria del primero autor con los niños, jóvenes y educadores del Instituto y a través de entrevistas semiestructuradas y registros escritos, tales como diarios de campo.

**Palabras clave:** Territorio. Geografía de las Infancias y Juventudes. Calungas. Subjetivación.

### **Introdução**

A imagem do acontecimento político é geralmente associada à espaços e tempos extraordinários na vida das pessoas: políticos falando ao microfone e discursando em câmaras e salões, eventos que reúnem gestores públicos, grandes massas em largas avenidas de capitais estaduais carregando bandeiras. São cenas ocasionais se não se vive a militância ou o ativismo político constante que se passam em lugares inacessíveis ou não rotineiros da grande parte da população. A imagem do acontecimento político pode nos dar a impressão de que a política só pode acontecer nesses locais e nesses momentos e que vivê-los é o ápice da participação política dos sujeitos.

Consideramos aqui que esses momentos, ainda que muito estratégicos e importantes para avanços na justiça social e na garantia de direitos, são somente uma das formas de se viver e encenar a política, talvez a forma mais próxima do espetáculo. Trataremos aqui daquilo que antecede e sucede esses espaços e momentos, em lugares em que a vida acontece e segue seu rumo, não menos político, olhando principalmente para aqueles que parecem não existir quando falamos do acontecimento político: crianças e jovens.

A figura do jovem associado a política aparece, principalmente, quando falamos de questões e dilemas educacionais, incluindo, especialmente, as ações de universitários e secundaristas. Não é à toa que a figura do jovem universitário emerge como analisador principal da sociologia da juventude brasileira, já na década de 60-70, com o clássico de Marialice Foracchi (1972/2018). Mais recentemente, os jovens ganham a cena com as Jornadas de Junho de 2013 e com as ocupações escolares em diversos estados do Brasil (CATINI; MELLO, 2016).

Se os jovens ainda figuram como proeminentes personagens nos acontecimentos políticos, ainda que permeados por diversas ressalvas (o caso da ocupação das escolas demonstrou o quanto os adultos não souberam lidar com a subversão do cotidiano), no caso das crianças, no entanto, praticamente não as vemos e, quando muito, elas aparecem por meio de imagens individualizadas de uma criança carregando um cartaz ou uma folha com alguma sentença sobre uma pauta específica, geralmente em tom mais jocoso.

As crianças geralmente ficam longe dos holofotes e de espaços de acontecimentos políticos, mas, tal qual os adultos, continuam “tentando, individual e coletivamente, dar sentido e coerência ao mundo em que vivem.” (PROUT, 2010, p. 28). No presente trabalho, vamos nos debruçar sobre a noção de território como um importante componente para a subjetivação (política) de crianças e jovens, a partir de reflexões sobre o modo pelo qual a infância e a juventude pobre<sup>3</sup> de bairros vulnerabilizados de São Vicente (bairros Vila Margarida e Jóquei Clube, situados na Área Insular e o bairro Jardim Irmã Dolores, também chamado de Quarentenário, situado na Área Continental) os compreendem ao transitar pelo território e ao participarem das ações formativas, em período pandêmico e pré pandêmico, realizadas pelo Instituto Camará Calunga, organização da sociedade civil de defesa de direitos humanos, e como esses elementos contribuem para processos de subjetivação política.

Os territórios pesquisados, como veremos, possuem características geográficas e sociais similares, marcados principalmente pela vulnerabilização histórica por parte Estado, mas também apresentam particularidades que definem o modo o qual crianças, jovens e educadores habitam e constroem processos de convivência e formação, assim como a leitura desses contextos.

Território, no presente trabalho, se aproxima muito mais do conceito de Território Existencial, proposto por Guattari e Rolnik (1996), suas conexões com autores próximos a ele e pela perspectiva dos Estudos da Infância, principalmente trabalhos relacionados à Geografia das crianças e dos jovens (FERNANDES, LOPES e TEBET, 2021). Deste modo, a noção de território deixa de se resumir a aspectos físicos estáticos e absolutos, dados *a priori* e sem a vivência e a construção processual dos sujeitos humanos e não humanos ali presentes e passa a ser

---

<sup>3</sup> É preciso destacar que os apontamentos que seguem tratam principalmente de infâncias e juventudes negras e moradoras e de territórios socioeconomicamente pobres de uma região específica do Brasil. Crianças e jovens de classe média, ricos e de outros territórios certamente passarão por processos de subjetivação política diferentes, por mais que possam possuir elementos em comum.

relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 323)

Para além do que está dado, o território é dinâmico e produz existências, com características singulares a partir dos elementos espaciais, temporais, sociais e subjetivos, formando linhas de força que podem possibilitar ou não a produção de experiências de politização junto a crianças e jovens.

É preciso destacar que o município de São Vicente é um local marcado historicamente como o início de um território, o Brasil, mas também o fim de outro, Pindorama, para os povos indígenas que habitavam e continuam a habitar e resistir na região. Para os europeus e seus descendentes brasileiros, por sua vez, a cidade é conhecida como *Cellula Mater*, por ser o local da chegada dos portugueses e onde Martim Afonso fundou, em 1532, a primeira Vila do Brasil. O simbolismo presente nesse fato histórico é paradigmático, na medida em que os calungas (como são chamados os nascidos e moradores do município popularmente, mas oficialmente vicentinos) vivem marcados pela desigualdade social, especialmente nos territórios periféricos da cidade e na aldeia Tekoá Paranapuã, do povo Guarani M'byá, que vive em luta pela demarcação de suas terras e por tratamento mais digno por parte da população e serviços públicos da cidade.

Rodrigues (2019) nos indica que o termo calunga, para os africanos escravizados, situava locais em uma travessia, na qual o mar era ‘calunga grande’ e a terra que se avistava de longe era ‘calunga pequeno’. No entanto, a origem da palavra é incerta e polissêmica, mas aqui nos indica justamente esse processo de travessia entre territórios e o processo de transformação ocasionado por essa travessia (de modo trágico e violento, como os escravizados, ou de modo potente e alegre, a partir de experiências coletivas, as quais analisaremos).

Como os centros urbanos brasileiros, a cidade possui um centro comercial e, nesse caso, próximo as praias da cidade, em que moram a classe média e a elite da cidade. Nessa região se concentram os comércios, shoppings, e escassos espaços culturais. Essa divisão socioeconômica-territorial e os mecanismos de representação do que seria uma São Vicente nobre, origem do Brasil, refletem a afirmação de Maricato de que “a representação da cidade é uma ardilosa construção ideológica, na qual parte dela, a ‘cidade’ da elite, toma o lugar do todo” (2015, p. 83)

### **Breve contexto dos territórios em questão**

Em comum, os três territórios apresentam características de bairros periféricos brasileiros (TELLES, 2012), como: presença de serviços públicos essenciais, mas que não recebem investimentos adequados; forte influência do tráfico de drogas, que coordenam parte da dinâmica territorial; operações policiais constantes que afetam a rotina dos moradores e por vezes tira a vida de pessoas (especialmente jovens negros); igrejas evangélicas de grande porte ou construídas pelos moradores locais; áreas de ocupação/invasão e áreas com conjuntos habitacionais provenientes de programas de habitação estatais. Em todos os bairros, crianças e jovens são vistos com frequência nas ruas brincando, conversando, em festas, ouvindo música e circulando pelos espaços comunitários, como associações, campos de futebol, terrenos, na maré e no mar (RODRIGUES, 2019).

O bairro Vila Margarida é o segundo mais populoso entre os vinte e nove bairros formalmente constituídos em São Vicente, representando 8,6% da população calunga. Se configurou de forma a acolher pessoas que trabalham nas cidades vizinhas, tendo em vista que a cidade não é um polo econômico na região da Baixada Santista, e foi se constituindo de forma desordenada, com a criação de uma sub-região de palafitas chamada México 70, em alusão a Copa do Mundo de 1970. Alvo de subsequentes tentativas de remoção pelo Estado, os moradores do México 70 vivem sem acesso aos serviços sanitários e elétricos adequados. Uma das crianças moradoras reflete sobre as diferentes épocas em que viveu no bairro e como está a situação estrutural.

Na última vez que morei aqui na Vila Margarida nossa, era totalmente diferente aqui, a escola era perto, era tudo perto, bem bonito. Só que agora, sei lá, é tudo meio sem cor, é estranho ver tudo de novo só que diferente. (...) Assim, aqui só tem lixo, tu anda e só tem lixo e antes não tinha muito. Pessoas não arrumam nada, a prefeitura... (trecho de entrevista com YAS)

O bairro Jardim Irmã Dolores tem como forte marca (e da Área Continental do município como um todo) sua separação da Área Insular por uma ponte (Ponte dos Barreiros), único acesso direto entre as duas áreas sem ter que passar por outro município ou pagar a tarifa de pedágio em rodovia próxima. O território é social e economicamente considerado como "dormitório", já que a maioria da população trabalha em outras cidades da região ou no centro econômico de São Vicente. Vale destacar que é um território com histórico de mobilização e luta, que se fortaleceram com a presença da Irmã Dolores, que passou a nomear o bairro. Freira católica, Dolores conquistou junto aos moradores do bairro a primeira casa de parto humanizado da região (agora um serviço especializado em saúde da mulher), um Bom Prato (programa do governo estadual de São Paulo, que oferece refeições a preços populares) e fundou

uma organização profissionalizante e de apoio às crianças e adolescentes do território. Uma das crianças entrevistadas, moradora do bairro, relata a situação de sua rua sempre que chove:

Onde eu moro aqui na minha rua é horrível, (...) o meu vô mora embaixo da minha casa, aqui na minha porta do lado. A minha porta e a dele vivem cheia de esgoto porque a gente mora do lado de um monte de esgoto, tem 3 ou 4 valas aqui na minha frente. E aí a nossa casa costuma ficar muito cheia. A SABESP tá fazendo uma obra aqui no quarenta que não tá adiantando muita coisa na verdade, na minha opinião tá até piorando porque tem uma rua aqui, tem duas esquinas, e em uma fizeram uma obra enorme e depois que fizeram a obra começou a encher de poça, ficou difícil de passar, só dá pra passar quando seca tudo (...) acho que aqui não é bom morar. (trecho de entrevista com SÔ).

O bairro Jóquei Clube tem sido, nos últimos anos, cenário de reestruturação urbana, por meio da reconstrução de casas e da construção de conjuntos habitacionais populares, pelo programa “Minha Casa, Minha Vida”, dentre outros. Os conjuntos habitacionais se localizam próximo a sub-região Sambaiatuba, local construído em cima de um antigo lixão municipal, no qual ainda habitam muitas pessoas. Os conjuntos são exemplares quanto a política habitacional do município: grande parte dos atuais moradores receberam seus apartamentos após serem removidos do México 70, mas não possuíam condições socioeconômicas de arcar com os novos gastos como água, eletricidade, gás, condomínio, entre outros, o que ocasionou um grande número de êxodo dos moradores ou uma dinâmica de constante troca de moradia entre os moradores da Vila Margarida e dos condomínios no Jóquei. Uma das jovens entrevistadas relata como os demais moradores da cidade enxergam seu território:

Vamos lá, morar em São Vicente, eu acho que é meio ruim, né? (...). Mas só que tipo morar na cidade tudo bem. Agora naonde que eu moro tem pessoas que vêm e fala ‘nossa tu mora no Sambaiatuba? Credo!’ tem esses preconceitos, essas coisas. Então é meio difícil (...) tu vai entrar em uma escola, vai eu entrar em algum curso, nossa aí as pessoas te perguntam, tá morando aonde? Eu moro em Sambaiatuba. ‘Nossa, tá morando lá?!’ (trecho de entrevista com BI)

É preciso apontar que os indicadores da situação da infância e da adolescência no município também retratam as cenas relatadas aqui e pelas crianças e jovens, com índices de evasão e distorção idade/série acima dos níveis estaduais, altas taxas de mortalidade neonatal e infantil e conquistando o segundo lugar no número de mortes pela polícia fora da capital do estado de São Paulo (UNICEF, 2021).

As situações descritas só se agravaram com o avanço da pandemia de COVID-19, com o aumento do desemprego, das violências domésticas e da dificuldade de acesso aos serviços públicos, suspensos nos períodos mais graves de contaminação. Seguindo à risca, como Abramowicz (2020) aponta, a instauração de uma necropolítica contra às infâncias e juventudes, que passa pelos gestos de deixar

morrer, a partir da precariedade institucional das políticas públicas e de fazer morrer, pela negligência ativa e pelas 'balas perdidas' vindas das incursões policiais nos territórios.

### **Cartografia, ou o caminho antes da meta**

A pretensão da pesquisa, realizada no âmbito da realização de uma dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Unicamp, foi seguir o movimento das ações do Instituto e assim acompanhar processos para então se atentar aos efeitos produzidos pelas experiências dos participantes, mais do que buscar uma resposta fixa, totalizante (BARROS; KASTRUP, 2002) ou receita acerca de uma educação política e garantia de processos de subjetivação específicos para crianças e jovens. Dessa forma a cartografia foi o método escolhido, pois trabalha com dados qualitativos a partir do traçado de linhas de uma "rede de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado" (BARROS; KASTRUP, 2002, p. 57). Isto significa que para cartografar é preciso disponibilidade e abertura aos acontecimentos, imersão nos territórios e nas experiências vividas por aqueles que se busca acompanhar.

Os pressupostos apresentados se aproximam das recomendações dos Estudos da Infância, na medida em que apontam a necessidade da utilização ou criação de metodologias de pesquisa que envolvam cada mais a participação de crianças e jovens na construção dos problemas, objetivos e análise dos dados e resultados das pesquisas, respeitando suas expressões, sejam elas falas, silêncios desenhos ou expressas com o corpo (SPYROU, 2018). Traduzidos no famoso jargão do "para" ao "com" as crianças, como forma de democratizar o conhecimento e garantir uma forma mais ética de produção acadêmica para além de crianças como meramente objetos de pesquisa (TREVISAN, 2015). Tendo isso em vista, apresentaremos, sempre que possível, falas diretas das crianças e adolescentes entrevistadas, de modo que nossas reflexões possam se apoiar e serem complementadas por elas.

Relato aqui uma cena retratada em um dos diários que ilustra uma das formas em que as crianças podem literalmente e figurativamente ajudar os adultos a não "atolarem" em suas intervenções, na medida em que se aproximam dos mundos da infância e da juventude:

Novamente as crianças querem ir ao morrinho. (...) Na assembleia falaram que estão ocupando aquele espaço do Quarentenário, ao custo de destruir as áreas do mangue. Lá vamos nós, mais um dia de picadas de mosquito e daqueles bichos que saem da areia, pulando do morrinho. As crianças sempre dizem que não podem entrar no mato para além do topo do morrinho, que é lugar que só os adultos entram. (...) Mas no meio do caminho elas têm a ideia de entrar no mangue e não seguir para o morrinho. Vou eu, um educador e mais quatro crianças. Ao entrar no mangue, não faço a menor ideia de onde pisar e qual deve ser o ritmo da caminhada, cada passo é um peso e vai ficando difícil tirar o pé da lama. As crianças não param de rir da gente. (...) No caminho de volta, o educador dá um passo grande e sua perna começa a afundar muito na lama. Ele começa a brincar que está afundando, fazendo drama como se fosse areia movediça e todos nós não conseguimos parar de rir, mas há um tom de preocupação, porque parece que está difícil mesmo de tirar a perna. Tento ajudá-lo, mas não adianta, a força que faço só afunda mais a minha perna e tiro seu equilíbrio. Eis que vem uma das meninas, com menos da metade da minha altura, segura no braço do educador, cria um ponto de fixação e ele consegue tirar a perna. No resto da volta, as crianças vão nos segurando nos braços, como guias. (Diário de campo de 22 de setembro de 2018)

Tendo em vista o contexto da pandemia de COVID-19, a pesquisa foi realizada quase em sua totalidade de modo virtual, por meio de chamadas de vídeo e ligações realizadas pelo Instituto no seu cotidiano de trabalho junto aos participantes, como grupos de estudo, de convivência e assembleias comunitárias, nos três territórios aqui delineados. As incertezas geradas pelo distanciamento entre pesquisador e campo acompanharam o processo de reformulação das ações do Camará, na medida em que este precisou reinventar o modo de ser da organização, dando continuidade às ações de convivência, reflexão e ação coletiva e inventar jeitos de estar junto pela virtualidade. Nesse sentido, a pesquisa também fez uso de materiais de períodos pré pandêmico para apresentar e comparar o processo de ocupação do território antes e durante a pandemia, como o trecho citado acima.

Para a coleta de dados, foram utilizadas quatro ferramentas: documentos internos do Instituto (como relatórios e diários dos educadores), diário de campo, entrevistas semiestruturadas e uma análise grupal dos resultados parciais com os participantes da pesquisa. Os diários de campo foram escritos a partir das experiências nos espaços de educação política do Camará, como grupos e assembleias nos territórios indicados, no período de setembro de 2020 a julho de 2021. Após um período de acompanhamento das ações apontadas, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com três crianças (entre 10 e 11 anos), três jovens (entre 17 e 18 anos) e três educadoras do Instituto, compreendendo os limites e potências dessa ferramenta na pesquisa com crianças e jovens (SPYROU, 2018). Do total de participantes entrevistados, cinco se autodeclaram pretas, duas pardas, duas brancas, 7 são do sexo feminino, um do sexo masculino e um participante não-binário.



## Crianças, jovens e a ocupação do território

Partindo do exposto na seção acima e da afirmação de Aitken (2014, p. 693) de que “é importante reconhecer que o político é inseparável da vida urbana e que crianças e jovens são uma parte inseparável dela.”, podemos afirmar que os modos pelo qual crianças e jovens habitam seus territórios são políticos e, portanto, por meio de suas experiências, passam por processos de subjetivação política<sup>4</sup>. A seguir apresentaremos algumas cenas e reflexões acerca desses processos.

### Convivência e circulação

Quando indicamos que as crianças e jovens afetam e transformam seus territórios e a si mesmas politicamente, não é de modo algum em abstrato, as crianças dos territórios pesquisados ajudam os adultos nas tarefas mais concretas e práticas, como na manutenção e, em alguns casos, na própria construção de suas casas, mas também nos trabalhos domésticos, na ocupação das ruas e quadras para jogarem futebol e empinar pipa e, no caso dos jovens, ao se reunirem nas madrugadas e realizar festas, em sentarem em lugares específicos para ‘roubar’ o Wi-fi do vizinho, que acabam se tornando pontos de encontro. No entanto, por que gestos cotidianos como esses poderiam ser considerados políticos? O são, na medida em que essas crianças e jovens passam a compreender, aos seus modos, as dinâmicas de seus territórios, e passam a criar estratégias para garantir que possam continuar a habitar o espaço em que vivem de forma ativa, na medida em que a urbanização tende a produzir a individualização e a recusa da experimentação das crianças e jovens de seus territórios (SARMENTO, 2015). Como afirmamos anteriormente, nem sempre a política se faz por ações grandiosos, se faz também por pequenos gestos.

E se eu não morasse na Vila Ema sabe? (...) será que eu ia conhecer o Camará? (...) Aí pensei quando conheci, nossa, é muito bom. (...) E desde então não queria sair, é muito bom, conhecer mais direitos da criança e do adolescente, sabe? (...) Na primeira vez eu amava brincar de coisas diferentes, meu deus (...) E aí quando eu olhei pensei é muito bom, não sei por que, as conversas são diferentes, mesmo eu tendo timidez, eu amo conversar sabe? E aí quando eu vi que tinha bastante conversas lá eu disse assim: amei o Camará. (trecho de entrevista com YAS)

---

<sup>4</sup> O termo subjetivação política não aparece nas obras de Deleuze e Guattari, sendo usualmente associado a definição de Rancière. Ainda que façamos indicações aos processos de politização junto a crianças e adolescentes, ficaríamos tentados a usar o termo consistentemente pelo resto do texto, mas não é o caso, pois para Deleuze e Guattari (1996), a política precede o ser, o que faria de toda subjetivação um processo político. A política, nesse caso, é o jogo de forças usualmente associado às forças e poderes descritos pela economia política (macropolítica), mas também passa por uma escala menor (micropolítica) em que o que está em jogo são as forças que transformam as subjetividades e definem as formas de vida dos sujeitos. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v.3. Rio de Janeiro: 34, 1996.

Há, por parte da entrevistada, o reconhecimento, na figura do Instituto, de um espaço diferente daquele entre pares no cotidiano do território. Estar nas atividades é estar junto a adultos que promovem experimentações diferentes nos territórios.

Os encontros entre crianças, jovens e educadores nos territórios, portanto, partem menos de uma postura de revelar a verdade dos territórios, e mais de um desejo de explorá-los a partir da convivência. Como uma aposta na possibilidade de criação de um espaço sem um objetivo prévio, sem um projeto pensado, como indica Deligny (2015). A convivência, assim, não é ‘porta de entrada’ de um serviço pelo qual o usuário vai poder conhecer ou ser encaminhado a outros espaços e produções do Instituto, ainda que o possa sê-lo. É espaço de estar junto, se escutar, caminhar, parar e atentar ao que se passa ao redor, brincar, dialogar, se revoltar, experimentar vivências diferentes no próprio território junto a pessoas que ainda não se conhecem e enxergar o que se conhece de outro modo. Produzir novas relações e agenciamentos com o entorno e lê-lo de modo mais complexo.

É uma leitura diferente dos princípios que norteiam a política de Assistência Social, por exemplo, geralmente associada ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. No entanto, é a família, como indica Bróide (2016), o paradigma da assistência social, o que seria um grande erro, na medida em que as questões vitais dos sujeitos ficam subsumidas só na família e todos os demais “fios” que amarram os sujeitos ao território e a vida são ignorados. Bróide (2016) propõe que se passe a escutar e estar atento as ‘âncoras’ do sujeito, ou seja, aquilo que o prende o sujeito a vida, o que mantém o sujeito, e a tarefa dos profissionais (dentre estes os educadores formais e não formais) seria a de ‘construir dispositivos que permitam, que esses fios, essas pessoas falem, a escuta dessas pessoas’ (p. 39).

O território, portanto, passa a se configurar como espaço transicional sustentado pelos educadores (AITKEN, 2019), na medida em que as diferentes experiências e relações estabelecidas produzem outras formas de subjetivação fora das padronizadas pelo território e mais críticas às condições de precariedade. Nesse movimento, em que o educador acompanha as crianças e jovens para locais que muitas vezes não teriam coragem de ir sozinhas ou sofreriam reprimendas dos familiares caso fossem sozinhas, o educador é muito mais uma figura de apoio para a exploração do território, uma ponte para liberdade. É preciso indicar, no entanto, que esse processo pode exigir uma presença curta ou longa, constante ou inconstante, dependendo do grupo e dos sujeitos que o vivenciam, no sentido de provocar mudanças subjetivas e nas relações familiares, escolares e com outros elementos do território. Como indica Aitken (2014, p. 677) “não somente os eventos no espaço são imprevisíveis, mas também os jovens são imprevisíveis em suas ações espaciais, e esta complexa interação entre a juventude e o

espaço é perpassada por afetos emocionais que, por sua vez, impulsionam outras ações e transformações”.

### **Pandemia e território**

Isso pôde ser visto na medida em que a não presença física dos trabalhadores do Instituto no território conseguiu garantir a participação frequente de algumas crianças e jovens, mas provocou a diminuição da presença de outros nos espaços virtuais de convivência, estudo e deliberação. Essa ausência, em alguns casos, gerou uma retomada e reinserção das crianças e jovens em dinâmicas e processos que violam seus direitos. Em outros, provocou a possibilidade de viver experiências junto a diferentes grupos e coletivos com relação ou não as questões trabalhadas no Instituto, também produziram uma participação implicada e contínua nos espaços virtuais, na medida em que eram espaços em que os sujeitos se ancoravam para pensar seguir nos períodos mais intensos de isolamento.

No caso das crianças, se antes do período pandêmico estas participavam ativamente das ações internas e eventualmente externas ao Instituto (como no ano de 2019, em que o “Grito dos excluídos regional” contou com intensa participação de crianças e jovens por meio da percussão e de uma ‘ala’ específica com as reivindicações das crianças do município), durante o período pandêmico anterior as medidas de flexibilização, essa participação foi reduzida drasticamente, assim como a possibilidade de discutir a situação presente do território a partir do olhar das crianças.

Podemos enxergar esse movimento das crianças como uma recusa ao modo de vida intensamente virtual (dentre outras razões), preferindo brincar com seus pares na rua ou em casa. Não à toa, a realização de uma proposta feita pelos educadores via aplicativo de mensagem sobre fotografia do território fez com que várias crianças que não estavam participando dos grupos enviassem fotografias sensíveis de suas casas, animais de estimação e do seu bairro<sup>5</sup>.

Antes, no presencial, era muito mais legal, tinha saídas. Agora nós não pode fazer nada. (Trecho de entrevista com BI). Nós brincava de queimada, várias brincadeira. O último planejamento era futebol com as meninas. E não rolou por causa da pandemia. (...) No presencial nós também fazia o aniversariante do mês, que todo mundo que fazia aniversário tinha bolo no fim mês. Mas eu não como bolo. (...) Também tinha EURECA, nós dançava, brincava, essas coisa. Teve a ala da Pirralhada, foi por causa do Bolsonaro, que chamou uma menina de pirralha, porque pirralha não é um xingamento. Nós queria mostrar que a pirralhada podia fazer tudo! (...) você está ali defendendo direito seu, acho legal, saudades. (trecho de entrevista com BI)

---

<sup>5</sup> Algumas fotografias foram selecionadas para compor um livro a ser lançado sobre os olhares das crianças durante a pandemia, causando grande comoção nas crianças selecionadas e suas famílias.

Já os jovens permaneciam com mais frequência nos espaços de decisão, artísticos e de estudo (este último com menos intensidade, mas muitas vezes motivados a tentar aprender os conteúdos escolares, na medida em que não conseguiam acompanhar as aulas, por diversos motivos) e participavam dos processos de discussão e deliberação, como assembleias, com intensidade, indicando compreender a gravidade da situação de saúde pública que o país estava passando e pensarem saídas coletivas e de apoio mútuo as famílias que estavam em situação mais grave, com a integração de alguns destes a recém-formadas comissões de apoio às famílias nos territórios, estratégia adotada pelo Instituto como forma de garantir apoio material essencial (dentro alimentos, itens de higiene e itens culturais), que teve suas ações protagonizadas principalmente por mulheres e jovens nos bairros aqui indicados.

No entanto, vale destacar que tanto as crianças como os jovens continuaram a circular intensamente por seus territórios, com ou sem o uso adequado de máscaras, tendo a rua como ponto de encontro principal (MATTHEWS; LIMB; TAYLOR, 2000), ao mesmo tempo em que expressavam constantemente sua insatisfação com o modo o qual os governos vinham cuidando da situação e a falta de apoio dado às pessoas nos territórios vulnerabilizados, muitas vezes seus próprios familiares.

Como indica Prout (2015), a infância passou por um longo e intenso processo de institucionalização, nas escolas, em suas casas, nas organizações sociais e outros demais espaços mais restritivos. Quando esses espaços fecham e não tem prazo para reabrirem, o que sobra para elas? As ruas. E durante a pandemia, foi para lá que foram, seja para viverem algo fora da rotina, seja para apoiarem financeiramente seus familiares com trabalhos informais. Essa foi uma das respostas com mais ênfase dada pelas crianças moradoras dos conjuntos habitacionais do Jóquei Clube, já que além de terem sua margem de movimento reduzida com o isolamento, ficavam restritas a um espaço reduzido dentro dos próprios conjuntos, expressando ansiosamente o desejo de se mudarem e saírem de casa, o que algumas famílias de fato fizeram, mandando as crianças morarem com parentes em outros bairros.

### **Partir, voltar e repartir**

Mas não são só as experimentações vividas no cotidiano do Instituto que provocam um processo de transformação, mas também a possibilidade de conhecer e vivenciar novas experiências em outros lugares, de viajar, realizar expedições a museus, organizações, coletivos, outras cidades, outros países.

Eu acho que o Instituto proporciona esses espaços e quando ele não é esse espaço, ele nos leva pra algum lugar que é esse espaço. Então, a gente vivencia essa experiência e eu acho que a gente, por exemplo, sempre falou muito sobre cultura negra, sobre a minha cultura negra como se não fizesse parte de mim, sobre a minha cultura e sobre a nossa cultura no geral, e aí quando a gente, por exemplo, foi no Quilombo Baobá dos Males e a gente viveu aquela experiência de transcender mesmo aí, eu acho que a gente transcende. A gente consegue vivenciar aquilo, então a gente sempre estudou e sempre soube o que era, mas a gente vivenciar aquilo eu acho que foi muito importante também. (trecho da entrevista com FABI)

Viver a experiência com outros coletivos que preservam a memória e a cultura do povo negro foi importante para o entrevistado, na medida em que deu materialidade para o que já havia se tornado comum (o jovem faz parte de um grupo percussivo que toca e estuda cultura afrobrasileira junto ao Camará), mas sair do território é uma possibilidade de “transcender” e de retornar para o próprio com outro olhar. O mesmo jovem integrava também os grupos de estudo realizados no período pandêmico de modo virtual, em que se estudaram, em determinado momento, os elementos materiais e políticos que constituem um bairro a partir da escrita de diversos tipos de redação, já que a maior queixa do grupo eram as condições precárias de acesso ao saneamento e as enchentes decorrentes da chuva e da ausência de canais estruturados de escoamento. A participação no grupo o mobilizou e mais outra jovem a concorrerem a uma cadeira no Conselho da Juventude do município, que estava se reestruturando e realizou novas eleições, as quais ambos foram eleitos e continuam a compor o quadro de conselheiros.

Já para outra entrevistada, a viagem para outro país para participar de um congresso internacional e realizar uma apresentação cultural marcou o modo como desejava que seu país fosse:

Buenos Aires, sabe? Porque foi outro país, a gente zoava lá a cidade. A viagem foi muito boa (...) era diferente, lá nem tinha sujeira no chão, bem que o Brasil podia ser assim também viu. (...) As coisas são muito baratas. As coisas eram pertinho lá, o mercado, a feirinha, nossa, era muito bom ficar lá. Eu pensei, nossa não queria sair nunca mais. (trecho de entrevista com YAS).

Uma reflexão menos intensa do que a anterior, mas ainda reveladora de que as crianças não deixam de pensar os modos os quais seus territórios podem melhorar e garantir uma vida mais simples e digna. Como indica Harvey (2012, p. 81) a “qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria, assim como a própria cidade, num mundo onde o consumismo, o turismo e a indústria da cultura e do conhecimento se tornaram os principais aspectos da economia política urbana”, nos parece que o modo pelo qual as crianças e jovens dos territórios pesquisados ocupam seus territórios parece seguir em direção oposta, ainda que sofram com as condições de péssima qualidade de vida. Mesmo os jovens, que se aproximam mais de tentativas de mercantilizar o território, seja pelo tráfico de drogas, seja pelas

festas de rua, ainda ocupam o território de modo a fazer dele um lugar mais vivo, em que possam desfrutar de uma vida mais interessante, nem que seja emulando o estilo de vida de ostentação da elite.

As crianças, no entanto, na sua ainda constante invisibilidade, não tem tanta margem de manobra para transformar seus territórios, mas conseguem tirar proveito disso e ocupar outros espaços à margem, mesmo nos conjuntos em que a vida parece sempre vigiada, são cantos que viram espaços mais reservados, em que podem conversar e eventualmente chamar um educador para a escuta e o cuidado, pois compreendem que algo em suas vidas precisa ser diferente, o princípio da política contestatória. Como indica Aitken, crianças e jovens

são cheios de surpresas. Eles vêem coisas em locais e ambientes que nós podemos ter esquecido de como ver, quanto mais compreender. Pode-se argumentar que eles possuem um senso inato de justiça e possuem a capacidade de perturbar a complacência dos adultos para com sistemas injustos” (AITKEN, 2014. p.693)

As margens dos territórios, desse modo, não infantilizam as crianças, como os espaços mais urbanizados, mas são, de algum modo “crianças” por elas. Enquanto a natureza é pouco a pouco destruída e ocupada pelos adultos, em decorrência de uma política habitacional que faz com que a necessidade e a grilagem sejam a norma, crianças e jovens permanecem na dimensão da produção de valores de uso e espaços que não são rentáveis, mas de usufruto comum, seja pela convivência, seja pelo jogo, e não são de extração, mas de aventura e confronto com mistérios. No topo do morrinho, as árvores do mangue levam a um lugar desconhecido e aterrador (o qual talvez haja violência, morte, ou espíritos e assombrações), mais um motivo para virar de costas e se lançar em direção a areia fofa logo abaixo, e seguir adiante.

### **Considerações finais**

Os territórios calungas, como vimos, são marcados por uma política habitacional descontínua e incapaz de prover a população vulnerabilizada moradias dignas e construir coletivamente territórios em que a população possa viver com menos insegurança e sem precisar recorrer a medidas que depredem a natureza.

O processo de isolamento devido às medidas sanitárias de enfrentamento a COVID-19 se mostrou para crianças e jovens calungas, em alguns casos, como uma intensificação das precariedades e opressões dos territórios, com o aumento de situações de violência familiar e tensões entre vizinhos, aumento da insegurança gerado pela perda de emprego dos familiares, rompimento de contato com

amigos e intensificação de processos de sofrimento psíquico que já estavam presentes ou que aparecem nesse período, bem como uma crescente aversão ao modelo virtual como forma de ensino e convivência, seja pela dificuldade de acesso ou pela dificuldade de manter um espaço adequado para participar desses momentos.

Algumas das estratégias empregadas pelas crianças e jovens foram um retorno às ruas para encontrarem seus pares como forma de criar espaços de sobrevivência e suplementar a renda da família por meio de trabalhos informais. Por outro lado, para algumas crianças e jovens, o isolamento foi uma possibilidade de se aproximar e passar mais tempo com seus familiares, gerar outras dinâmicas com estes e com pessoas mais próximas (como crianças vizinhas da mesma quadra, por exemplo), vivenciar a virtualidade como processo de conexão afetiva e pensamento, de estudo, contato com artefatos culturais novos (filmes, livros, quadrinhos, séries) e encontrar um lugar de suporte para os sofrimentos, de forma que esse período pudesse ser considerado uma viagem no mesmo lugar (DELEUZE; GUATTARI, 2012) e também produzir experimentações políticas, vividas com mais intensidade pelos jovens.

As políticas públicas do município parecem não ter compreendido a dimensão da gravidade e complexidade em lidar com a realidade da pandemia no que tange às relações de crianças e jovens com seus territórios e suas condições socioeconômicas, promovendo pouco ou nenhum espaço de escuta e acolhimento a suas leituras de mundo e vivências no período. Neste sentido, destacamos a importância de atores da sociedade civil no acompanhamento dos movimentos das crianças e jovens, tanto no sentido de contribuírem materialmente com suas famílias como na criação de espaços de experimentação formativa, lúdica e política.

Sugerimos que futuras pesquisas apontem os caminhos de uma geografia da infância e da juventude pós-pandemia, na medida em que novas decisões são tomadas para mitigar os efeitos negativos da pandemia, ao mesmo tempo em que a situação econômica do país não apresenta melhoras. De que modo podem os espaços educativos contribuir para que crianças e jovens participem da reconstrução de seus territórios?

## **Referências**

ABRAMOWICZ, Anete. Crianças e guerra: as balas perdidas! **Childhood & Philosophy**, v. 16, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/childphilo.2020.48358>. Acesso em: 13 jan. 2022.

AITKEN, Stuart. Do apagamento à revolução: o direito da criança à cidadania/direito à cidade. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 128, p. 629-982, jul./set., 2014.

AITKEN, Stuart. Geografias de Berço e as contratopografias da infância. *In*: ABRAMOWICZ, Anete; TEBET, Gabriela, Guarnieri de Campos. **Infância e pós-estruturalismo**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019. p. 65-92.

BARROS, Laura Pozzana; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. *In*: PASSOS Eduardo; KASTRUP Virgínia; ESCÓSSIA Liliana. **Pistas do método da cartografia**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

BROIDE, Jorge. O trabalho do psicólogo junto aos adolescentes em conflito com a lei: processos de escuta e a garantia de direitos. **Cadernos temáticos CRP SP Psicologia e Educação: desafios da inclusão**, São Paulo, Conselho Regional de Psicologia SP, p. 37-41, jun. 2016.

CATINI, Carolina de Roig; MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti. Escolas de luta, educação política. **Educação & Sociedade**, v. 37, p. 1177-1202, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016163403>>. Acessado em: 28 jan. 2022.

DELEUZE, Giles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012. v. 5.

DELIGNY, Fernand. **O aracniano e outros textos**. São Paulo: n-1 edições, 2015.

FORACCHI, Marialice. **A juventude na sociedade moderna**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez., 2012.

MARICATO, Hermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MATTHEWS, Hugh; LIMB, Melanie; TAYLOR, Mark. Reclaiming the street: class, gender and public space. *In*: HOLLOWAY, Sarah; VALENTINE, Gill. (Eds.) **Children's geographies: living, playing, learning and transforming everyday worlds**. London and New York: Routledge, 2000. p. 63-79.

PROUT, Alan. Participação, políticas e as condições da infância em mudança. *In*: MULLER, Fernanda. (Org.). **Infância em Perspectiva: políticas, pesquisas e instituições**. São Paulo: Cortez, 2015. p. 21-41.

RODRIGUES, Breno Ayres Chaves. **Etnografias de infâncias calungas: um estudo sobre o cotidiano de crianças de um bairro periférico em São Vicente/SP**. 122 p. 2019. Dissertação (Mestrado em Ensino em Ciências da Saúde) – Universidade Federal de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/59087/BRENO%20AYRES%20CHAVES%20RODRIGUES.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 02 jun. 2022.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação & Sociedade**, v. 26, p. 361-378, 2005.

SPYROU, Spyros. Disclosing childhoods. *In*: **Disclosing Childhoods**. Palgrave Macmillan: London, 2018.



*José Eduardo Gama Noronha, Gabriela Guarnieri de Campos Tebet*

TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012.

TREVISAN, Gabriela. Aprendizagens na construção de pesquisa com crianças e sobre as crianças. **Currículo sem Fronteiras**, 2015.

UNICEF. **Diagnóstico do Sistema de Garantia de Direitos 2021**: Baixada Santista e Vale do Ribeira (SP) Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/13601/file> . Acesso: 24 jan. 2022.